



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia-Geral do Estado

Procuradoria do DER

not. julg.

À CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO COPAM



**Ref.: Processo Administrativo COPAM/PA/Nº 176/1994/006/2002
(Auto de Infração nº 1270/2002)**

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG, representado pela Advocacia-Geral do Estado, pelo Procurador do Estado que a esta subscreve, nos autos do Processo Administrativo em epígrafe, vem, no prazo legal de 30 (trinta) dias, interpor **recurso com pedido de efeito suspensivo** contra as penalidades aplicadas à autarquia rodoviária, com fulcro no art. 43 do Decreto Estadual nº 44.844, nos termos das razões anexas.

Requer o processamento e o provimento do presente recurso.

Pede deferimento.

Belo Horizonte-MG, 14 de janeiro de 2.010.

ROSALVO MIRANDA MORENO JÚNIOR

Procurador do Estado

Chefe da Subprocuradoria de Precatórios e

Processos Administrativos do DER/MG

OAB/MG 70.806 - MASP 339.990-4

Av. dos Andradas, no. 1.120, 3º andar, Belo Horizonte/MG – CEP 30.120-010



Processo Administrativo COPAM/PA/Nº 176/1994/006/2002

Auto de Infração nº 1270/2002

**Recorrente: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO
DE MINAS GERAIS – DER/MG**

RAZÕES DE RECURSO

1. Mediante o Ofício nº 1743/2009 NAI/DMFA/FEAM, subscrito pela Diretoria de Monitoramento e Fiscalização Ambiental e recebido pelo DER/MG na data de **18.12.2009**, a autarquia foi comunicada no sentido de que o Pedido de Reconsideração ao Processo Administrativo COPAM/PA/Nº 176/1994/006/2002, referente ao Auto de Infração nº 1270/2002, foi indeferido.

2. Contudo, *data venia*, as multas aplicadas ao ora recorrente não podem prevalecer, haja vista que, conforme demonstra a anexa Comunicação Interna nº 013/10, subscrita pelo Senhor Diretor de Projetos do DER/MG em exercício, bem como o relatório fotográfico que a acompanha, os danos causados ao meio ambiente à época da execução das obras de melhoria e pavimentação do trecho Ponte de Córrego Vacaria a Conceição do Mato Dentro/MG – 010 foram totalmente sanados pela autarquia.



3. Não se pode olvidar que a implantação de programas de melhoria e pavimentação de rodovias sempre causa algum impacto ambiental (v.g., assoreamentos, supressão de vegetação, etc.), a exemplo de qualquer obra, seja de que natureza for. No caso específico do DER/MG, a autarquia sempre procurou conter e minimizar os impactos decorrentes das obras rodoviárias, contando sempre com licença ambiental e autorização dos órgãos competentes, inclusive da FEAM/MG.

4. Lado outro, não se pode imputar ao recorrente danos ambientais decorrentes de caso fortuito ou força maior, como é o caso de ocorrência de chuvas excepcionais, eventos que provocam danos ainda que tenham sido adotadas pela autarquia as medidas de prevenção devidas.

5. Assim, entende o recorrente que não há fundamento jurídico que justifique a aplicação das multas em escopo, sobretudo porque o DER/MG, conforme sobejamente demonstrado pela documentação e fotografias anexas, recuperou todos os danos causados à época da realização das obras rodoviárias.

6. Na improvável hipótese de manutenção das penalidades, postula o recorrente a redução de 50% (cinquenta por cento) do valor das multas, haja vista que, conforme demonstrado, o DER/MG procedeu à recuperação total do meio ambiente nos locais afetados pela execução das obras de melhoria e pavimentação do trecho da rodovia MG 010, cumprindo todas as obrigações assumidas na reunião realizada na data de 31.10.2002 com representantes da FEAM, IBAMA e Ministério Público (vide documento intitulado "SÍNTESE DE REUNIÃO", anexo).

7. De outra parte, o valor cobrado pelas duas multas aplicadas ao ora recorrente (R\$ 63.919,06 – sessenta e três mil, novecentos e dezenove reais e seis centavos) revela-se absurdo, na medida em que o valor original das referidas multas é de, respectivamente, R\$ 26.603,56 (vinte e seis mil, seiscentos e três reais e cinquenta

K



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia-Geral do Estado
Procuradoria do DER

4

e seis centavos) e R\$ 1.065,16 (hum mil e sessenta e cinco reais e dezesseis centavos). Assim, na remota hipótese de manutenção da decisão recorrida, requer o DER/MG sejam recalculadas as multas, preferencialmente com a indicação dos índices utilizados na elaboração da conta de atualização.



8. Por todo o exposto, requer o DER/MG, após a detida análise destas razões recursais e dos documentos que as acompanham, seja conhecido, atribuído efeito suspensivo e, a final, provido o presente recurso, para o fim de que:

a) sejam anuladas as multas relativas ao Processo Administrativo COPAM/PA/Nº 176/1994/006/2002;

b) em face do princípio da eventualidade, acaso mantidas as multas, o que se admite apenas para argumentar, sejam elas reduzidas em 50% (cinquenta por cento);

c) ainda na improvável hipótese de manutenção da aplicação das penalidades, sejam recalculadas as multas, eis que o valor cobrado em muito supera os valores originais das multas, conforme exposto no item “7”, acima.

Pede deferimento.

Belo Horizonte-MG, 14 de janeiro de 2010.


ROSALVO MIRANDA MORENO JÚNIOR

Procurador do Estado
Chefe da Subprocuradoria de Precatórios e
Processos Administrativos do DER/MG
OAB/MG 70.806 - MASP 339.990-4